



PROJETO TÉCNICO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LÍGIA DELAYNE MACIEL SILVA

INTERSETORIALIDADE NAS AÇÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL EM CURITIBA

CURITIBA

2011

LÍGIA DELAYNE MACIEL SILVA

INTERSETORIALIDADE NAS AÇÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL EM CURITIBA

Projeto técnico apresentado à
Universidade Federal do Paraná para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública em Saúde. Orientador:
Prof.^a Dra. Suely Teresinha Schmidt.

CURITIBA

2011

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 APRESENTAÇÃO	5
1.2 OBJETIVO GERAL	6
1.2.1 Objetivo específico	6
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	6
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	7
2.1 A ORIGEM DO ENFOQUE DA SAN NO BRASIL	8
2.1.1 Dimensões da SAN	9
2.2 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL	9
2.3 DESTAQUES DAS AÇÕES EM SAN PARA CURITIBA	10
3 METODOLOGIA	14
4 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA	15
4.1 DESCRIÇÃO GERAL	15
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	16
4.2.1 O estado nutricional da população	16
4.2.2 Análise das entrevistas	19
5 PROPOSTA	22
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA - A COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAN	22
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	23
5.3 RECURSOS	23
5.4 RESULTADOS ESPERADOS	24
5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO- CORRETIVAS	24
6 CONCLUSÃO	25
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1 INTRODUÇÃO

A presença elevada de problemas de saúde, decorrentes da má alimentação em diferentes comunidades, como sobrepeso e obesidade, bem como as outras doenças carências e a desnutrição, encontram-se relacionadas com o atual modelo de produção, acesso, circulação, processamento e consumo do alimento que o converte em mercadoria comercial ao invés de promover processos para a garantia da soberania alimentar e alimentação adequada saudável garantidos pela a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) à todos os povos.

As principais ações desenvolvidas no município de Curitiba que buscam a garantia do direito da população à alimentação adequada e saudável estão envolvidas em trabalhos desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Abastecimento; da Saúde; da Educação; do Meio Ambiente; Esporte, Lazer e Juventude; Fundação de Ação Social e pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba. Para integrar e garantir a qualidade das ações há necessidade da articulação intersetorial das políticas públicas dessas instituições que permitam a incorporação da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

O município de Curitiba com base em suas ações de SAN, caminha para a concretização do Plano Municipal de SAN e de uma política própria. Através do trabalho dos gestores juntamente com a opinião e a participação da sociedade que os programas implantados se adéquem.

1.1 APRESENTAÇÃO

Este projeto propõe melhorias nas ações intersetoriais pertinentes à Segurança Alimentar e Nutricional no município de Curitiba, organizadas atualmente pela a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) com a colaboração das demais áreas como: Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), Secretaria Municipal da Educação (SME), Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - S.A. e Fundação de Ação Social (FAS). A proposta prevê a organização de comissões com representantes do governo e sociedade civil em cada uma das 9 Regionais Administrativas do Município, de modo a manter a intersetorialidade dos

programas de SAN nas regionais, e o assessoramento na concretização do Plano Municipal de Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

1.2 OBJETIVO GERAL

Propor estratégias que viabilizem a intersetorialidade nas ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Curitiba.

1.2.1 Objetivos específicos

Propor a organização de uma comissão intersetorial de representantes do governo e sociedade civil nas Regionais Administrativas de Curitiba como estratégia para viabilizar as ações de SAN.

Definir as principais atribuições das comissões intersetoriais para a concretização das ações de SAN.

1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

Segundo o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), os desafios para a Política de SAN no município de Curitiba são crescentes, o que sugere uma revisão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município e a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional a nível municipal. O COMSEA também defende maior responsabilização do gestor público e da sociedade nos programas de Segurança Alimentar e Nutricional até agora implantados.

Com a organização de uma comissão intersetorial, será possível debater propostas que englobem: acesso ao alimento; transferência de renda; educação para a SAN; apoio para pessoas com necessidades alimentares especiais e a produção de alimentos, o que significa caminhar para a garantia da SAN e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), de acordo com os princípios que estabelecem a Constituição Federal de 1988.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, culturais, econômica e socialmente sustentáveis” (Di Cavalcanti, 2010).

De acordo com o conceito acima a SAN diz respeito, tanto ao acesso como também ao consumo efetivo de alimentos saudáveis. A SAN pode ser vista sob dois aspectos: quantitativo, que é a disponibilidade de alimentos para a população e qualitativos focados na preservação da saúde do consumidor (GONÇALO, 2006).

Diante de uma dieta inadequada a principal consequência é a insegurança alimentar resultado da pobreza e da desigualdade social. O consumo alimentar é constituído como indicador importante para a caracterização da pobreza. É concernente presumir que o aumento do rendimento médio dos países mais pobres tenha tido impacto nos níveis de segurança alimentar (MALUF, 2011).

Assim a segurança alimentar é indispensável para uma boa qualidade de vida, embora nem todas as pessoas possam se beneficiar de uma alimentação equilibrada. De acordo com Maluf (2008), o mundo está sendo abalado por um momento crítico e o tema central desta discussão é o acesso a alimentos, principal determinante do direito à vida. O que é mais agudo na crise alimentar é a alta dos preços internacionais de alimentos de consumo em geral, como arroz, milho, soja, trigo e lácteos, sendo que estes valores foram intensificados em 2006. Devido a esta alta, o acesso à alimentação pela população de baixa renda se restringe, e o abastecimento alimentar se desestabiliza em quase todos os países do mundo. No Brasil, os impactos vêm diminuindo devido a várias políticas públicas já implantados. Ainda sob a visão de Maluf (2008), um impacto ainda maior foi evitado diante da valorização do real frente ao dólar e a estabilidade do preço do óleo diesel, até pouco tempo mantida pela Petrobrás.

Os consumidores de baixa renda no Brasil estão em maior porcentagem. O peso na composição das despesas das famílias nas diferentes categorias de renda com os gastos com alimentação são muito distintos, sendo que o acesso regular e adequado aos alimentos nas classes inferiores é custoso podendo comprometer o acesso a outros bens e serviços necessários a uma vida digna; e este aspecto deve

ser considerado pelas políticas de emprego e renda (particularmente as políticas salarial e previdenciária) e as relativas à produção (MALUF, 2011).

2.1 A ORIGEM DO ENFOQUE DA SAN NO BRASIL

No início da chamada Nova Republica, em 1985, a segurança alimentar apareceu pela primeira vez como referência de uma proposta de política contra a fome, com certo atraso em relação a sua utilização no plano internacional. Formulado por uma equipe de técnicos a convite da Superintendência do Planejamento do Ministério da Agricultura, o documento intitulado “Segurança alimentar – proposta de uma política contra a fome” teve poucas conseqüências práticas, porém já continha as bases das principais proposições que surgiriam depois: encontram-se nela as diretrizes de uma política nacional de segurança, e a proposta de instituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), presidido pelo Presidente de República, com composição interministerial e ligado a então Secretaria do Planejamento. O documento propunha dois objetivos de segurança alimentar: a) atender as necessidades alimentares da população; b) atingir a autossuficiência produtiva nacional na produção de alimentos (CONSEA, 2004).

Um ano depois, em 1986, realizou-se a I Conferencia Nacional de Alimentação e Nutrição, no interior da 8ª Conferencia Nacional de Saúde. A conferência lançou um conjunto de proposições que também se tornaram referências permanentes, à noção de segurança alimentar entre nós. Ela propunha a instituição de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição que viria a ser adotada, oficialmente, em 1999 (MALUF, 2011).

Outra referência fundamental foi à formulação e difusão, em 1991, de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar pelo Governo Paralelo, instituto criado pelo Partido dos Trabalhadores e presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Primeiro, o combate à fome foi incluído entre as prioridades do Movimento pela Ética na Política, no bojo da mobilização social que levou ao impedimento do Presidente Fernando Collor. Daquele movimento originou-se, em 1993, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que tinha Herbert de Souza (Betinho) entre seus líderes e mobilizou milhares de pessoas sob o lema “A fome não pode esperar”. O segundo fator foi à aceitação da proposta do Governo Paralelo

pelo então Presidente Itamar Franco, também em 1993, tomando-a como referência para a instituição do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea (BRASIL, 2004-2005).

A SAN conquistou o seu marco legal como política pública, com a aprovação da Lei 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e com a inclusão em 2010 da alimentação como direito social no art. 6 da Constituição Federal (I VENTURA, et al 2011).

2.1.1 Dimensões da SAN

Dimensão alimentar propõe a produção e disponibilidades de alimentos que seja: suficiente para atender a demanda; estável e continuada para garantir a oferta permanente; com auto-suficiência nacional nos alimentos básicos; equitativa (etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população); sustentável do ponto de vista, social, econômico e cultural (DI CAVALCANTI, 2010).

Dimensão nutricional que incorpora as relações entre o homem e o alimento, nisto implicam fatores como: escolha de alimentos saudáveis; preparo dos alimentos (manter o valor nutricional e sanitário do alimento); boas condições de saúde, vida e higiene; promoção dos fatores ambientais que interferem na saúde e nutrição como as condições psicossociais, econômicas, culturais, ambientais; acesso devido aos serviços de saúde; promoção dos cuidados com a própria saúde, a família e comunidade (DI CAVALCANTI, 2010).

2.2 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Compreendendo-se a importância da alimentação nos mais diversos aspectos da vida humana, os seres humanos têm direito a uma alimentação adequada às suas necessidades, Isso implica na responsabilidade dos Estados para com a incapacidade ou impossibilidade de o ser humano atender-las ou as de sua família, pois se isso não ocorrer cada indivíduo, por si, será responsabilizado pelo seu estado de insegurança alimentar (BUERLEN, 2008).

A noção de SAN inscreve-se no campo do direito de todo cidadão e cidadã de estar seguro (a) em relação aos alimentos e à alimentação nos aspectos da

suficiência (proteção contra fome e a desnutrição), qualidade (prevenção de males associados com a alimentação) e adequação (apropriação às circunstâncias sociais, ambientais e culturais). Uma alimentação é adequada quando, para além de uma “nutricionalmente balanceada”, colabora para a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres e de sua responsabilidade para com o meio ambiente e com a qualidade de vida (VALENTE, 2002).

O direito à alimentação deve ser assegurado por meio de políticas de SAN, responsabilidade do Estado e da sociedade, estabelecidas frente a normas legais universais. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1996 estabeleceu “o direito de todos a usufruir um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação, e à melhoria das condições de vida” (BURLANDY, et al 2004). O direito crucial de estar livre da fome e de ter uma alimentação adequada e saudável integra o conjunto dos direitos promovidos pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, conforme Consta no Comentário Geral, n. 12 (O direito humano à alimentação), de 1999. Contudo, ainda não se dispõem de instrumentos eficazes de promoção, monitoramento e responsabilização pelo cumprimento dessas obrigações (MALUF, 2011).

2.3 DESTAQUES DAS AÇÕES EM SAN PARA CURITIBA

O COMSEA/Curitiba é um órgão de assessoramento em segurança alimentar e nutricional formado por representantes da sociedade civil e de governo municipal cujo papel é propor e acompanhar todas as ações governamentais e não governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, que envolvam a sociedade, defendendo o direito à alimentação adequada para todos com base nos princípios de universalidade, equidade, autonomia e transparência (I VENTURA, et al 2011).

Para o município de Curitiba, atualmente a I Conferência Municipal busca construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar, seguindo a Emenda Constitucional 64/2010 e que inclui o Direito Humano à Alimentação como um dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1998, através de um sistema de segurança alimentar e nutricional. Sob esta responsabilidade que a SMAB – Secretaria

Municipal do Abastecimento do município busca promover melhorias no padrão alimentar da população (I VENTURA, et al 2011).

É a SMAB a responsável pela a distribuição de gêneros alimentícios para a população e para tanto, cria equipamentos que beneficiem e facilitem a comercialização de alimentos ao consumidor, formenta as atividades de produção rural da Região Metropolitana, administra os mercados municipais e feiras livres, colabora em atividades de orientação e defesa do consumidor e elabora relatório anual e proposta orçamentária (CURITIBA, 2007).

Em 2005, ampliaram-se as ações da SAN, visando a “garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (CURITIBA, 2005).

Em 2006, a SMAB estabeleceu três eixos de trabalho: o Abastecimento Comercial, Abastecimento Social e a Educação Alimentar e Nutricional levando em consideração a complexidade e a dimensão das necessidades do abastecimento alimentar e nutricional da população de Curitiba e Região Metropolitana (CURITIBA, 2007). Em 2008 estas ações foram agrupadas em três departamentos: Departamento de Abastecimento Social; Departamento de Educação Alimentar e Nutricional e Departamento de Unidades de Abastecimento pelo decreto municipal nº 1108.

As ações na área de alimentação e nutrição desenvolvidas pela a Secretaria Municipal da Saúde - SMS vem ao encontro das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, com o fortalecimento das ações em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional. Permitindo o mapeamento epidemiológico dos distúrbios nutricionais, de modo contínuo, o diagnóstico colabora para a análise de determinantes, orientando mudanças em políticas externas ao setor de SAN (PNAN, 2010).

A SMS de Curitiba tem incrementado esforços para fortalecer a área de alimentação e nutrição, buscando um trabalho intersetorial. O destaque se deve a ampliação do número de nutricionistas em seu quadro funcional, passando de dois profissionais em 2005 para mais de quarenta a partir de 2009. O nutricionista passou a integrar, juntamente com o psicólogo, educador físico, o fisioterapeuta e o farmacêutico, as equipes dos 29 NAAPS (Núcleos de Apoio à Atenção Primária à Saúde). Os NAAPS abrangem todos os Distritos Sanitários e Unidades Básicas de

Saúde (UBS) com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações básicas bem como sua resolubilidade, reforçando a rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da atenção básica. A responsabilização compartilhada entre as equipe das UBS e os profissionais dos NAAPS, amplia o acesso aos serviços de saúde com incremento de diferentes abordagens, em especial o autocuidado, tornando disponíveis outras ações preventivas e terapêuticas (I VENTURA, et al 2011).

O SISVAN foi implantado nas UBS da SMS em 1991, como objetivo de fornecer informações contínuas e atualizadas sobre a situação alimentar e nutricional da população e assim, auxiliar na gestão de políticas de alimentação. Além de dados sobre o estado nutricional, os sistemas de prontuário eletrônico das UBS fornecem informações que envolvem a alimentação e nutrição de usuários dos programas sociais e o monitoramento dos beneficiários como: Leite das Crianças (estadual) e Bolsa Família (federal) (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011).

Em 1989, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA teve a educação ambiental incluída no currículo das escolas municipais de forma interdisciplinar, considerada como uma forma de integrar ações do poder público e da população em construir um ambiente equilibrado para viver, possibilitando a incorporação de valores relativos à proteção ambiental aliada à sustentabilidade do desenvolvimento local (I VENTURA, et al 2011).

A Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude - SMELJ norteia sua atuação buscando proporcionar acesso ao esporte, lazer e atividades físicas a todos os cidadãos curitibanos, bem como promover ações educativas em atividade física com ênfase na adoção de hábitos saudáveis e, conseqüentemente, melhora da qualidade de vida (I VENTURA, et al 2011).

O programa Curitibativa, criado em 1998, conscientiza a população com a informação, por meio de variadas estratégias, seja como material impresso, virtual ou presencial, e indica os meios para que o cidadão aplique recomendações propostas, seja nos Centros de Esporte e Lazer (CELS), nos parques e praças, nas pistas de caminhada, nas Academias ao Ar Livre. A preocupação com a questão nutricional permeia as ações da SMELJ em prol da qualidade de vida por estar intimamente relacionada à atividade física (CURITIBATIVA, 2008).

Outras ações relacionadas a SAN desenvolvidas pela SMELJ se evidenciam na parceria em palestras para públicos específicos (grupo Obesidade do Instituto

Curitiba de Saúde (ICS), grupo de escolares da Secretaria Municipal da Educação (SME), grupo de idosos das regionais...), na formação de grupos de discussão sobre obesidade infantil (parceria com a SME e a Universidade Federal do Paraná) e na utilização do espaço da radioweb, intitulado Curitiba na Rádio, que já contou com a participação de nutricionistas do Conselho Regional de Nutricionistas do Paraná – 8ª Região (CRN8) e da SMAB, desenvolvendo programas temáticos sobre controle de peso, integração dieta e exercício, hidratação na atividade física, entre outros (CURITIBATIVA, 2008).

Em Curitiba, a parceria estabelecida entre a Secretaria Municipal da Educação com a Secretaria Municipal de Saúde permitiu a implantação do SISVAN-Escolar desde 1996, e a partir desse ano são elaborados os perfis anuais da situação nutricional dos escolares da Rede Municipal de Ensino (CURITIBA, 2011).

A promoção da saúde tem caráter intersetorial e o setor de Educação é o responsável por provocar mudanças nas condições educacionais e sociais que podem afetar a saúde das crianças e jovens, com conseqüências na vida adulta. Assim, o papel da alimentação escolar é fundamental e necessário para a formação de hábitos alimentares saudáveis (CURITIBA, 2011).

Em maio de 2006 foi assinada a Portaria Ministerial 1.010 que instituiu diretrizes que reforça a essencialidade de uma ação intersetorial, pois destaca que as “responsabilidades inerentes ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas sejam compartilhadas entre o Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (CONSEA, 2010).

Com o objetivo de subsidiar tecnicamente os profissionais da Educação cursos de capacitações são oferecidos influenciando positivamente e com maior segurança, os hábitos alimentares de seus alunos.

3 METODOLOGIA

1ª etapa: levantamento de dados

- Levantamento de dados do perfil alimentar da população usuária das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Curitiba, divulgados pela a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba/Centro de Epidemiologia/Coordenação de Vigilância Nutricional – SISVAN;
- Levantamento de dados do Sistema VIGITEL – Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico, do portal do Ministério da Saúde, para Curitiba.
- Entrevistas semiestruturadas com profissionais da Secretaria Municipal do Abastecimento de 3 Regionais Administrativas da cidade de Curitiba; Regional Boa Vista, Regional Boqueirão e Regional CIC.

2ª etapa: análise de dados

- Análise dos dados levantados.

3ª etapa:

- Identificação e análise das dificuldades para a implantação da SAN nas regionais pesquisadas.
- Proposta de comissão organizada por profissionais das áreas da SAN e participantes da sociedade civil.

4 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

4.1 DESCRIÇÃO GERAL

As Regionais Administrativas de Curitiba são organizações de subprefeituras, encarregadas dos bairros de cada uma das nove regiões em que Curitiba está subdividida administrativamente. A Rua da Cidadania é o símbolo da descentralização administrativa. É ponto de referência e encontro para o usuário dos serviços públicos municipais, no âmbito regional, atendendo às necessidades e aos direitos do cidadão no comércio, no lazer e nos serviços. Seus núcleos oferecem serviços nas esferas municipal, estadual e federal (REGIONAIS E RUAS DA CIDADANIA, 2011).

As Administrações Regionais identificam e estabelecem prioridades; promovem formas e métodos de execução de projetos comunitários; desenvolvem o planejamento local de modo compatível com as condições e a legislação vigente, de forma a instrumentalizar as ações concretas definidas pela municipalidade; promovem a interligação do planejamento local ao planejamento da cidade como um todo. Acompanham, de maneira integrada, as ações das secretarias municipais dentro de suas áreas-limites, e participam da organização de seus serviços. Apresentam alternativas de obras e serviços que satisfaçam as perspectivas da administração e da população. Fornecem à comunidade informações e atendimentos, dentro dos limites de sua competência, ou os encaminham aos órgãos competentes (REGIONAIS E RUAS DA CIDADANIA, 2011).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba, a receita total dos orçamentos fiscal e da seguridade social para o município, em 2010, chegaram a R\$ 4.056.000.000,00 (quatro bilhões e cinquenta e seis milhões de reais), decorrentes da arrecadação de tributos próprios e transferidos, contribuições e demais receitas correntes e de capital. O orçamento fiscal é referente aos poderes do município, incluindo órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; e o orçamento da seguridade social compreende as entidades de previdência e de assistência ao servidor.

As organizações públicas selecionadas para a implantação de proposta são:

Regional Boa Vista

Bairros de abrangência: Abranches, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Barreirinha, Boa Vista, Cachoeira, Pilarzinho, Santa Cândida, São Lourenço, Taboão, Tarumã e Tingui (REGIONAIS E RUAS DA CIDADANIA, 2011).

População: 225.696 habitantes (IBGE - Censo 2000).

Regional Boqueirão

Bairros de abrangência: Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim (REGIONAIS E RUAS DA CIDADANIA, 2011).

População: 188.192 habitantes (IBGE - Censo 2000).

Regional Cidade Industrial – CIC

Bairros de abrangência: Augusta, CIC, Riviera e São Miguel (REGIONAIS E RUAS DA CIDADANIA, 2011).

População: 152.937 habitantes (IBGE - Censo 2000).

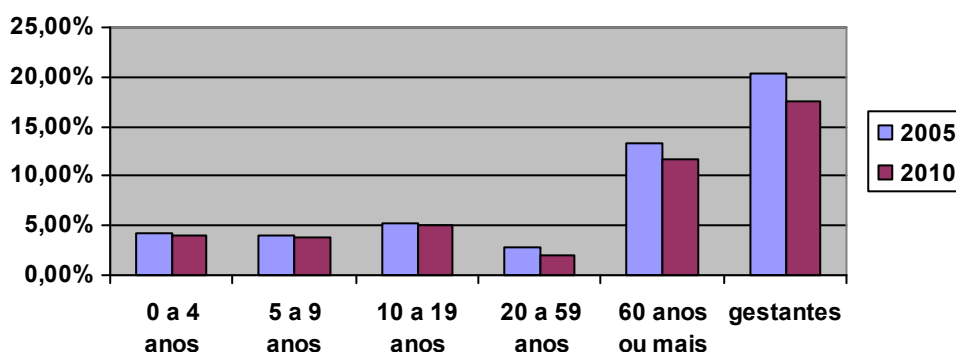
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.2.1 O estado nutricional da população

A Política Nacional de Alimentação – PNAN, ao direcionar seus esforços para a construção de uma agenda integrada de nutrição, não deixa dúvidas quanto à gravidade e os desafios do problema de obesidade apresentados no município de Curitiba atualmente.

Em estudos realizados, em 2010, pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Curitiba, com informações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, mostram redução dos indicadores de déficit nutricional e um aumento dos indicadores de excesso de peso, quando comparados ao ano de 2005, o que confirma a transição nutricional observada em pesquisas nacionais. Essas informações são resultado de dados antropométricos (peso e altura) coletados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre as faixas etárias de 0 a 4 anos; 5 a 9 anos; 10 a 19 anos; 20 a 59 anos; 60 anos ou mais e gestantes (I VENTURA, et al 2011).

Gráfico 1 – Prevalência de déficit nutricional* na população usuária das UBS da SMS de Curitiba.

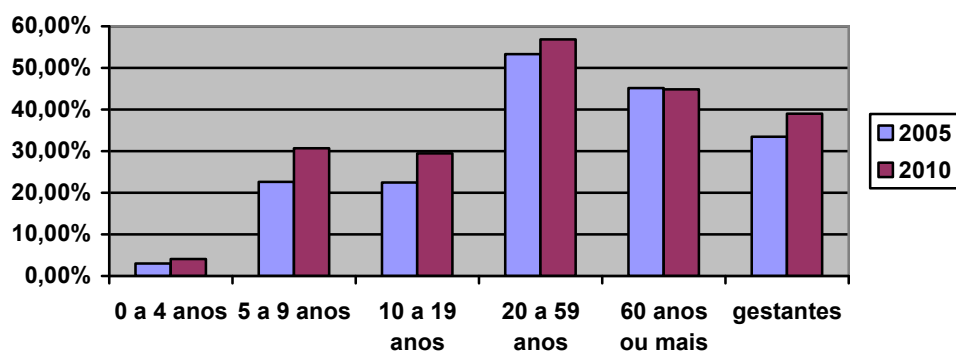


Fonte: Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba / Centro de Epidemiologia / Coordenação de Vigilância Nutricional – SISVAN

* O déficit nutricional refere-se aos seguintes indicadores:

- Crianças de 1 a 4 anos: baixo peso para idade < -2 escore z (padrão de referência OMS/2006)
- Crianças de 5 a 9 anos: déficit de altura para idade < -2 escore z (padrão de referência OMS/2007)
- Adolescentes de 10 a 19 anos: déficit de altura para idade < -2 escore z (padrão de referência OMS/2007)
- Adultos de 20 a 59 anos: baixo Índice de Massa Corporal (IMC) < 18,5 kg/m²
- Idosos > 60 anos: baixo Índice de Massa Corporal (IMC) < 22 kg/m²
- Gestantes: baixo peso pela Curva de Atalah

Gráfico 2 – Prevalência de excesso de peso* na população usuária das UBS da SMS de Curitiba.



Fonte: Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba / Centro de Epidemiologia / Coordenação de Vigilância Nutricional - SISVAN

* O excesso de peso foi avaliado pelos os seguintes indicadores:

- Crianças de 1 a 4 anos: peso/idade $> +2$ escore z (padrão de referência OMS/2006)
- Crianças de 5 a 9 anos: IMC/idade $> +1$ escore z (padrão de referência OMS/2007)
- Adolescentes de 10 a 19 anos: IMC/idade $> +1$ escore z (padrão de referência OMS/2007)
- Adultos de 20 a 59 anos: Índice de Massa Corporal (IMC) > 25 kg/m²
- Idosos > 60 anos: Índice de Massa Corporal (IMC) > 27 kg/m²
- Gestantes: sobrepeso e obesidade pela Curva de Atalah

Enquanto a figura 1 evidencia a estabilidade ou a redução do déficit nutricional, dependendo da faixa etária, a figura 2 demonstra o aumento do excesso de peso em todos os grupos, com exceção dos idosos que se mantêm estável.

A alta prevalência da obesidade e o rápido aumento do problema em todos os grupos requer a implementação de caminhos defendidos pela Estratégia Global em Alimentação, atividade física e saúde e pela PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição incluindo políticas fiscais que aumentem o acesso da população a alimentos saudáveis como frutas e hortaliças e intervenções no espaço urbano visando à promoção da prática regular de atividade física.

As tabelas 1 e 2 apresentam os resultados de sobrepeso e obesidade do VIGITEL - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico, do portal do Ministério da Saúde sobre a saúde da população para o município de Curitiba realizada por amostragem e por meio de entrevistas telefônicas. A situação nutricional é avaliada através do Índice de Massa Corporal (IMC), onde os valores de IMC > 25 kg/m² caracterizam o sobrepeso, e IMC > 30 kg/m² a obesidade.

Estas tabelas mostram tendência de aumento da obesidade e do sobrepeso em ambos os gêneros no decorrer dos anos avaliados, sendo maiores as prevalências no gênero masculino.

Tabela 1 – Percentual de indivíduos com obesidade, de acordo com o sexo, em Curitiba.

Ano	Gênero masculino	Gênero feminino	Total
2006	12,4%	12,3%	12,3%
2007	12,9%	14,3%	13,6%
2008	13,4%	14,7%	14,1%
2009	14,0%	11,8%	12,9%
2010	18,0%	17,3%	17,7%

Fonte: VIGITEL

Tabela 2 – Percentual de indivíduos com sobrepeso, de acordo com o sexo, em Curitiba.

Ano	Gênero masculino	Gênero feminino	Total
2006	50,0%	37,7%	43,7%
2007	49,8%	40,3%	44,9%
2008	48,9%	44,7%	46,7%
2009	50,9%	40,4%	45,5%
2010	56,0%	42,3%	48,8%

Fonte: VIGITEL

4.2.2 Análise das entrevistas

Curitiba possui diversas ações na área da alimentação, saúde e bem estar da população. São algumas das considerações bastante citadas por parte dos entrevistados, porém, ainda requer muitas melhorias voltadas ao aprimoramento das ações. Acreditam que todas as ações da SAN em Curitiba obtiveram bastante sucesso, pois seus programas atingem a maioria da população que hoje sabem buscar seus direitos.

As ações da SAN se mostra recente no município, e as atividades desenvolvidas são consideradas como vitórias e conquistas por parte dos envolvidos, denotando o comprometimento da equipe da instituição, este último considerado como ponto positivo principal.

Entretanto, é evidente que algumas Regionais têm algumas dificuldades na realização de suas ações; exemplos citados de pontos negativos são:

- Regional Boa Vista / Boqueirão: os cursos de educação alimentar dependem de uma maior participação da população; a estrutura do local onde são oferecidos os cursos muitas vezes não é adequada e o clima pode atrapalhar quando as atividades são ao ar livre.
- Regional CIC: a dificuldade maior esta na estrutura didático-pedagógica de material; há dificuldade em elaborar um material atualizado; as práticas alimentares são avaliadas no bairro Capão da Imbuia (controle de qualidade de alimentos a receitas novas) centralizando o acesso e tornando inviável o deslocamento da população interessada nos cursos novos; há também a falta de profissionais aptos ao repasse das atividades desenvolvidas em educação alimentar.

Para os entrevistados são desconhecidas as demais ações que envolvem SAN no sentido de inspeções e qualidade dos alimentos (vigilância sanitária) e transferência de renda, acreditando que as demais secretarias obtenham sucesso em suas ações; mas, não descartam a vontade e interesse em reconhecer os determinantes dessas ações e possíveis integrações que objetivam os resultados satisfatórios dos programas implantados.

O foco atual, apontado por todos os entrevistados está bastante voltado para a educação alimentar. O departamento de educação alimentar e nutricional foi criado em 2007, segundo o Decreto nº 1108/2008 Curitiba/PR e tem por finalidade desenvolver ações de segurança alimentar junto à população do município. Esse departamento possui 3 unidades de trabalho: Unidade de Agricultura Urbana; Unidade de Educação Alimentar e Unidade de Programas Alimentares. Com a realização destas ações, a Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB proporciona a população orientações como: cursos de educação alimentar e nutricional (higienização, conservação e aproveitamento integral dos alimentos); palestras sobre alimentação saudável; oficinas práticas de receitas saudáveis; orientações com variados temas sobre alimentação saudável e atuação junto aos programas de governo da Prefeitura Municipal de Curitiba, como por exemplo, Programa Família Curitibana. O programa Família Curitibana se baseia na diretriz de

investimento no capital social das famílias, de forma que as mesmas recuperem ou ampliem sua capacidade funcional e resolutive e a superação de suas dificuldades.

Entre as necessidades especiais não atendidas pelas Regionais Boa Vista e Boqueirão, está na cobertura a um maior número de pessoas, enquanto a Regional CIC, necessita focar mais nas pessoas portadoras de doenças crônicas (como: diabetes, hipertensão) e há falta de cursos específicos.

E, finalizando, os programas de agricultura urbana tem destaque maior na Regional CIC, com bastante interesse da população, pois a região possui características que favorecem esse tipo de atividade. Nas demais Regionais esta ação, numa menor escala para alguns bairros mais carentes, reverte na forma de economia (menos gastos com alimentos por estes cultivados) tornando a alimentação mais saudável.

Considerando o estado nutricional da população e as dificuldades na implementação da segurança alimentar e nutricional pelas Regionais Administrativas de Curitiba, é necessário definir um conjunto de ações para a concretização do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O consumo de alimentos de forma excessiva está diretamente ligado à exposição da população às doenças, e deve ser considerado como prioridade nas políticas públicas. Um dos principais motivos para a criação desta comissão é a necessidade de formar e integrar as ações da SAN das secretarias municipais nas regionais na tentativa de mudar o cenário atual. Saber trabalhar entre tantas diferenças requer qualificar e adequar as ações de atendimento ao cidadão.

5 PROPOSTA

5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA – A COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAN

As ações da SAN em Curitiba necessitam da formulação e implantação de um Plano Municipal de SAN que se encontra em construção. É papel do COMSEA propor e acompanhar todas as ações governamentais e não governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, que envolvam a sociedade, defendendo o direito à alimentação adequada para todos. E é com bases nessas ações que a proposta deverá se desenvolver.

Curitiba possui 9 regionais administrativas que gerenciam ações locais que envolvem a SAN definidos por perfis muito característicos de abrangência regional. A comissão intersetorial da SAN deverá ser constituída por indivíduos que representem as Regionais Administrativas, designados pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, totalizando 9 comissões uma para cada Regional de Curitiba.

Cada comissão será composta por um representante das seguintes secretarias municipais: da Saúde (SMS), do Meio Ambiente (SMMA), do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), da Educação (SME). A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - S.A e a Fundação Ação Social (FAS), também serão representadas, sendo que a designação desses membros será feita pelo gestor administrativo local. Os representantes da sociedade civil organizada (grupos de hipertensos, igreja, grupo de diabéticos, pastoral de idoso, etc...) serão indicados por seus pares. Um dos membros da comissão exercerá a função de coordenador, o gestor da SMAB (COMSEA/Curitiba).

A proporção será a seguinte: 8% gestor (1 representante do COMSEA Curitiba, este deve ser ligado a Secretaria Municipal de Abastecimento - SMMA); 42% trabalhadores (6 representantes das secretarias envolvidas) e 50% da sociedade civil organizada (7 representantes).

A comissão intersetorial terá como principal objetivo facilitar a integração entre as secretarias municipais, promovendo a intersectorialidade das ações e decisões da SAN.

Em suas atribuições constará:

1. Integrar as ações da SAN local em assessoria ao COMSEA;
2. Permitir permanente troca de informações entre as secretarias e seus programas e sociedade civil organizada, assessorando e subsidiando a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba;
3. Promover a transparência da gestão pública local e boa gerência dos resultados da SAN;
4. Discutir as condições locais dos programas implantados e a busca por melhorias na articulação dos mecanismos que monitoram estes programas;
5. Promover encontros locais e participação nas Conferências Municipais de SAN;
6. Criar cronogramas estabelecidos de articulação entre os representantes da comissão;
7. Avaliar as ações e programas implantados, divulgando seus resultados.

5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação da Comissão intersetorial se dará de forma imediata à aprovação da designação dos representantes sob a coordenação local do gestor da SMAB membro do COMSEA/Curitiba.

As reuniões da Comissão intersetorial serão convocadas 1 (uma) vez por mês, por demandas e assuntos pertinentes a mesma e deverão ser realizadas na sala de reuniões - auditórios das Regionais, localizados nas ruas das Cidades a qual pertençam.

O monitoramento da comissão se dará pelo o gestor administrativo da Secretaria Municipal do Abastecimento, órgão atualmente responsável pela a maioria das ações da SAN implantados no município.

5.3 RECURSOS

Para a implantação da comissão intersetorial não serão necessários recursos financeiros para contratação de pessoal, pois os representantes da comissão serão funcionários da própria instituição e representantes da população. Haverá a

necessidade da disponibilidade da estrutura física como salas ou auditórios para as reuniões, já existentes na própria Regional ou Rua das Cidanias.

5.4 RESULTADOS ESPERADOS

A meta principal da comissão intersetorial é a viabilização juntamente com o COMSEA/Curitiba do Plano Municipal de SAN ainda inexistente, bem como a melhoria constante dos programas já implantados.

Os indicadores a serem melhorados são: redução na prevalência de sobrepeso e obesidade da população e aumento da participação da população em ações da educação alimentar.

Outros resultados são esperados, como:

- A construção de políticas de segurança alimentar e nutricional que combatam a dispersão de ações, e desse modo reduzam gastos e potencializem os resultados.
- Instituição da gestão regional das estratégias de alimentação e nutrição com enfoque na SAN.
- Identificação de áreas de risco de insegurança alimentar e nutricional, com o objetivo de priorizar estratégias participativas para a garantia da SAN mediante ações locais, e que visem a articulação entre medidas de caráter emergencial, como a recuperação nutricional, e estrutural como a inclusão social.
- A utilização de indicadores do perfil epidemiológico nutricional nos Programas de Abastecimento Alimentar.
- Maior participação da comunidade na construção de programas de SAN de ação mais eficiente.

5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

A comissão intersetorial não deverá ser confundida com um “mini COMSEA”, pois se trata de uma ação de assessoramento; um mecanismo de apoio na concretização do Plano Municipal de SAN para Curitiba respeitando os níveis de hierarquia estabelecidos.

6 CONCLUSÃO

Curitiba desenvolve um conjunto de ações, por intermédio de programas que vão do abastecimento alimentar à preocupação social como um todo, o que pode ser considerado um estímulo para ações intersetoriais. A intersectorialidade da SAN no município permitirá aos gestores e à população, um trabalho integrado, com qualidade de ações e o planejamento de ações futuras. Proporcionará o fortalecimento da identidade e da atuação do COMSEA e das respectivas comissões Regionais de SAN.

A busca por inserção e consolidação da questão de SAN como política permanente do município se fará por mobilização da sociedade civil e do governo em defesa do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável.

A metodologia adotada, procurando revelar as necessidades e especificidades de cada Regional, quanto às demandas e potencialidades relativas a SAN, articula a estratégia política, envolvendo compromissos e responsabilidades junto ao COMSEA no plano municipal.

A partir dos dados apresentados, fica evidente a necessidade e a possibilidade da articulação intersectorial das políticas públicas de abastecimento e agricultura, saúde, educação e ação social, dentre outras, como estratégia para a busca da garantia de Segurança Alimentar e Nutricional de todos os cidadãos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DI CAVALCANTI, M. E. **Curso de Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo, 2010.

GONÇALO, E. **Panorama da segurança de alimentos no Brasil e no mundo**, 2006. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br>> Acesso em: 22/08/2011.

MALUF, R. S. e M. F. **Caderno de “Segurança Alimentar”**. Disponível em <<http://forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: 22/08/2011.

MALUF, R. S. **Elevação nos preços dos alimentos e o sistema alimentar global**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – Abril 2008. Disponível em: <http://planalto.gov.br/Consea/static/noticias/080704_RenatoMaluf.html> Acesso em: 21/08/2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Textos de Referência II Conferência Nacional de SAN**. Brasília, julho de 2004.

MALUF R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

I VENTURA, E. J. II. Walchaki, V. **Segurança Alimentar e Nutricional: direito humano, alimentação adequada e saudável: experiência em Curitiba**. Instituto Municipal do Abastecimento – SMAB, 2011.

BUERLEN, A. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

VALENTE, F. (org.). **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

BURLANDY, L.; MALUF, R.; MENEZES, F. **Princípios e diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2004.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal do Abastecimento Social e **Relatório Interno da Secretaria Municipal do Abastecimento**. Comissão Temática de Abastecimento Alimentar. Diagnóstico. Curitiba, jun. 2007.

CURITIBA, **Relatório de Gestão 2005** Curitiba, Prefeitura Municipal de Curitiba. Instituto Municipal de Administração Pública. Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: PMC, 2005.

RELATÓRIO final do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS – PNAN 10 anos, Brasília, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. **Boletim Epidemiológico ano XXI - 2010**. Disponível em: <http://sitesms.curitiba.pr.gov.br/saude/areastematicas/epidemiologia/indicadores/sisvan.pdf>. Acesso em: 22/08/2011.

CURITIBATIVA: política pública de atividade física e qualidade de vida de uma cidade: avaliação, prescrição, relato e orientação da atividade física em busca da promoção da saúde e de hábitos saudáveis na população de Curitiba. / Dalton Grande... [et al.] (ORG.). Curitiba: Gráfica e Editora Venezuela, 2008. 90p.

REGIONAIS E RUAS DA CIDADANIA – Administração de Regionais e Bairros - Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/regionais-e-ruas-da-cidadania-administracao-de-regionais-e-bairros/80>. Acesso em: 13/08/2011.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal de Saúde. Centro de epidemiologia. Coordenação de Vigilância Nutricional. **Resultados do SISVAN de 2010**. Curitiba, 2011.

RELATÓRIO sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Indicadores e Monitoramento. CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) Brasília, Nov/2010.